

MOISÉS E O MONOTEÍSMO: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

MOSES AND MONOTHEISM: A PSYCHOANALYTIC READING

MOISÉS Y EL MONOTEÍSMO: UNA LECTURA PSICOANALÍTICA

Thiago Barbosa Soares¹

Resumo

Este artigo, derivado de comunicação apresentada na Jornada de Psicanálise Uninter 2025, realiza uma leitura interdisciplinar da obra *Moisés e o Monoteísmo* de Sigmund Freud. O estudo analisa a figura de Moisés como um operador simbólico central para compreender a gênese psíquica da autoridade, da Lei e do laço social. A investigação articula-se em dois eixos principais: primeiro, a partir de Vygotski e Erikson, examina a dinâmica coletiva de confiança e desconfiança na relação entre o líder e o povo; segundo, a partir do mito freudiano da horda primitiva e da teorização lacaniana do Nome-do-Pai, explora a função de Moisés como substituto do pai morto, agente da castração simbólica que interdita o gozo absoluto e instaura a ordem do desejo e da linguagem. O artigo dialoga ainda com as reflexões de Foucault sobre a ordem do discurso, de Russell sobre as formas de poder e de Schopenhauer sobre a Vontade, demonstrando como a narrativa mosaica condensa a passagem violenta da natureza à cultura. Conclui-se que a obra freudiana oferece um modelo metapsicológico ímpar para pensar a fundação da civilização ocidental, revelando Moisés como o significante do pacto inconsciente que estrutura a subjetividade e o laço social.

Palavras-chave: Moisés; Freud; psicanálise.

Abstract

This article, derived from a paper presented at the Jornada de Psicanálise Uninter 2025, conducts an interdisciplinary reading of Sigmund Freud's *Moses and Monotheism*. The study analyzes the figure of Moses as a central symbolic operator for understanding the psychic genesis of authority, Law, and the social bond. The investigation is structured along two main axes: first, drawing on Vygotsky and Erikson, it examines the collective dynamic of trust and distrust in the relationship between the leader and the people; second, based on the Freudian myth of the primal horde and the Lacanian theorization of the Name-of-the-Father, it explores Moses' function as a substitute for the dead father, an agent of symbolic castration that prohibits absolute jouissance and institutes the order of desire and language. The article also engages with Foucault's reflections on the order of discourse, Russell's analysis of forms of power, and Schopenhauer's concept of the Will, demonstrating how the Mosaic narrative condenses the violent passage from nature to culture. It concludes that Freud's work provides a unique metapsychological model for thinking about the foundation of Western civilization, revealing Moses as the signifier of the unconscious pact that structures subjectivity and the social bond.

Keywords: Moses; Freud; psychoanalysis.

¹ Atualmente é aluno de Psicanálise do 3º ano no Centro Universitário Internacional Uninter. Possui graduação em Letras, português/inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí (2009), em Psicologia pela Universidade Paulista (2014) e em Filosofia pela Universidade de Franca (2014), especialização em Estudos Literários pela Faculdade Comunitária de Campinas (2013), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2015) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018). É líder do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEsTADI - UFT) e membro pesquisador do Grupo de Estudos em Análise do discurso e História das ideias linguísticas (VOX - UFSCar). É editor-chefe da revista Porto das Letras (ISSN - 2448-0819) vinculada ao programa de pós-graduação em Letras da UFT. Atua como professor nos cursos de graduação em Letras e de pós-graduação stricto sensu em Letras da Universidade Federal do Tocantins no campus de Porto Nacional. Coordenou o Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Letras (PPGLetras) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) de janeiro de 2022 a janeiro de 2023. É bolsista de produtividade do CNPq (PQ-2), com experiência de pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso francesa, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, sucesso, teoria e análise do texto.

Resumen

Este artículo, derivado de una comunicación presentada en la Jornada de Psicoanálisis Uninter 2025, realiza una lectura interdisciplinaria de la obra *Moisés y la religión monoteísta* de Sigmund Freud. El estudio analiza la figura de Moisés como un operador simbólico central para comprender la génesis psíquica de la autoridad, la Ley y el lazo social. La investigación se articula en dos ejes principales: primero, a partir de Vygotski y Erikson, examina la dinámica colectiva de confianza y desconfianza en la relación entre el líder y el pueblo; segundo, a partir del mito freudiano de la horda primitiva y la teorización lacaniana del Nombre-del-Padre, explora la función de Moisés como sustituto del padre muerto, agente de la castración simbólica que interdice el goce absoluto e instaura el orden del deseo y del lenguaje. El artículo dialoga además con las reflexiones de Foucault sobre el orden del discurso, de Russell sobre las formas de poder y de Schopenhauer sobre la Voluntad, demostrando cómo la narrativa mosaica condensa el pasaje violento de la naturaleza a la cultura. Se concluye que la obra freudiana ofrece un modelo metapsicológico único para pensar la fundación de la civilización occidental, revelando a Moisés como el significant del pacto inconsciente que estructura la subjetividad y el lazo social.

Palabras clave: Moisés; Freud; psicoanálisis.

1 Introdução

A obra tardia de Sigmund Freud, *Moisés e o Monoteísmo*, constitui um dos gestos teóricos mais provocativos e interdisciplinares do fundador da psicanálise. Ao dirigir seu olhar metapsicológico para a figura do legislador hebreu e as origens do monoteísmo, Freud transcende os limites da clínica individual e investe na investigação das fundações psíquicas da cultura, da religião e das identidades coletivas. Este artigo, derivado de comunicação apresentada na Jornada de Psicanálise Uninter 2025, propõe-se a ampliar e aprofundar a análise dessa obra, interpretando-a não como um mero ensaio histórico-especulativo, mas como uma peça fundamental para a compreensão dos mecanismos inconscientes que estruturam a autoridade, a transmissão intergeracional do trauma e a própria ideia de Lei.

A riqueza teórica de *Moisés e o Monoteísmo* reside justamente em sua dupla camada: a narrativa manifesta sobre a história religiosa e a trama latente que revela os processos psíquicos arcaicos, como o parricídio fundador, o recalque e o retorno do recaiado, atuando no palco da história. Freud, ao revisitar criticamente a tradição judaica, projeta na figura de Moisés a encarnação da função paterna simbólica, operação que permite articular conceitos centrais de sua metapsicologia, como o complexo de Édipo e a castração, com a antropologia e a teoria social.

Essa operação freudiana de escavar o texto bíblico como se escuta um analisando, atento às rupturas, contradições e silêncios, revela a potência hermenêutica da psicanálise para além do consultório. Freud não busca provar a veracidade histórica dos eventos narrados, mas sim desvelar a verdade psíquica neles inscrita: os traumas fundadores, as fantasias originárias e os processos de recalque que operam tanto na memória individual quanto na tradição cultural de um povo. Nesse sentido, *Moisés e o Monoteísmo* se apresenta como um laboratório teórico

em que a metapsicologia é colocada à prova na explicação dos fenômenos sociais, estabelecendo uma ponte entre a psicogênese do sujeito e a mitogênese da civilização. A figura do legislador hebreu, portanto, interessa menos como personagem histórico e mais como ponto de condensação de significações inconscientes que atravessam gerações e estruturam o laço social.

Se, como propõe Vygotski (1987), o desenvolvimento do psiquismo é indissociável dos instrumentos culturais e simbólicos disponibilizados pelo grupo social, então a narrativa mosaica pode ser compreendida como um desses instrumentos fundadores, uma ferramenta psicológica que organiza a percepção de tempo, a relação com a autoridade e a própria experiência subjetiva do povo hebreu. O monoteísmo, nessa chave de leitura, não seria apenas uma crença religiosa, mas um complexo sistema de mediação simbólica que reconfigura radicalmente as funções psíquicas superiores da coletividade: a memória (agora ancorada no ritual da aliança), o pensamento (submetido à lógica da Lei) e a consciência (estruturada pelo sentimento de culpa e eleição). A travessia do deserto, assim, pode ser lida como o processo de internalização dessa nova economia psíquica, em que o povo gradualmente incorpora as categorias simbólicas que o constituirão como sujeito histórico.

Para esta análise, partimos do pressuposto de que a formação do sujeito e da cultura seguem lógicas análogas, uma intuição freudiana que encontra eco em Vygotski (1987), para quem o desenvolvimento do pensamento é profundamente moldado por aspectos culturais. A infância do indivíduo e as origens míticas de um povo compartilham uma zona de confusão entre realidade e fantasia, em que se forjam as figuras de autoridade primordiais. Nesse sentido, a resistência e a subsequente adesão do povo hebreu a Moisés podem ser lidas à luz da primeira crise psicossocial proposta por Erikson (1976), confiança versus desconfiança, transposta para o plano coletivo. Moisés emerge como a figura cuidadora e legisladora cuja previsibilidade deve instituir um mundo simbolicamente ordenado, superando o desamparo primitivo.

Contudo, a autoridade de Moisés, em nossa leitura, não se esgota nessa dimensão psicossocial. Ela é radicalizada pela teoria freudiana do pai primevo de *Totem e Tabu* (Freud, 1913), retomada e reconfigurada no contexto monoteísta. Moisés é interpretado como substituto do pai morto, aquele cujo assassinato mítico instaura a Lei, o tabu do incesto e a dinâmica do desejo como falta. Lacan (1998), ao elaborar o conceito do Nome-do-Pai e da castração simbólica, fornece a chave para entender que a autoridade efetiva não é a do indivíduo empírico, mas a de uma função estruturante que introduz o sujeito na linguagem e no campo do Outro.

Portanto, este artigo pretende demonstrar como *Moisés e o Monoteísmo* opera uma síntese teórica ímpar. Com a análise psicanalítica da narrativa mosaica, Freud condensa e

projeta os fundamentos de sua teoria do sujeito, o Édipo, a castração, a sublimação, na explicação da gênese cultural ocidental. A figura de Moisés torna-se, assim, um significante privilegiado para pensar a passagem da violência pulsional à ordem civilizatória, da horda primitiva à sociedade regida por um pacto simbólico. Ao examinar tanto o conteúdo manifesto quanto os aspectos latentes do texto, buscamos elucidar como a religião monoteísta, na visão freudiana, funciona como uma estrutura psíquica coletiva, uma resposta elaborada à angústia de desamparo que organiza o desejo sob a égide de uma Lei transcendente. Essa leitura não apenas lança luz sobre os fundamentos inconscientes da fé e da obediência, mas também posiciona a psicanálise como um instrumento crítico indispensável para a compreensão dos mitos fundadores, das figuras de autoridade e dos traumas que conformam a memória e a identidade de um povo.

2 Paralelo psicológico e o papel de Moisés: confiança, lei e a gênese do pai simbólico

A compreensão da figura de Moisés como arquétipo da autoridade fundadora exige um diálogo entre a psicogênese do indivíduo e a psicogênese da cultura. Partindo do pressuposto vygotskiano de que as funções psicológicas superiores têm origem social e são mediadas por instrumentos culturais (Vygotski, 1987), a narrativa mosaica pode ser lida como um dispositivo simbólico fundamental na formação da mente coletiva hebraica. Nesse processo, a infância, tanto do indivíduo quanto do povo, em sua fase mítica de formação, é um período crucial, caracterizado por uma lógica onde, como assinala Vygotski, o pensamento sincrético e a fantasia predominam antes de serem organizados pela estruturação lógica adulta, que é ela mesma um produto cultural.

É nesse território limiar entre o orgânico e o cultural, entre o desamparo pulsional e a busca por ordem, que a teoria psicossocial de Erik H. Erikson (1976) oferece uma chave interpretativa potente. A primeira crise, “confiança versus desconfiança”, descreve a dinâmica primordial pela qual o bebê avalia a confiabilidade do mundo a partir da previsibilidade e responsividade da figura cuidadora, usualmente a materna. Transpondo essa lógica para o plano coletivo apresentado em *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 2011), Moisés assume precisamente o papel dessa figura cuidadora primordial para o povo hebreu escravizado. Ele se apresenta como aquele que promete e opera a transição de um estado de caos e sofrimento (o Egito como analogia do desamparo absoluto) para um estado de organização e direção rumo a uma promessa (a Terra Prometida como representação de um futuro estruturado).

A transposição da crise eriksoniana para o plano coletivo ganha contornos mais precisos quando articulada ao conceito freudiano de desamparo (*Hilflosigkeit*). O povo hebreu no Egito encontra-se na posição da criança diante da premência pulsional: sem recursos próprios para garantir a sobrevivência e aplacar a angústia, depende inteiramente de um Outro que responda ao seu apelo. A figura de Moisés emerge exatamente nesse ponto de virada, ele é aquele que acolhe o desamparo, mas não para simplesmente consolá-lo; antes, utiliza-se desse laço de dependência para introduzir uma nova economia libidinal. A confiança que se estabelece não é, portanto, mera segurança afetiva, mas a condição de possibilidade para que o povo suporte o mal-estar inerente ao processo civilizatório: a renúncia pulsional, a espera pela Terra Prometida, a submissão a uma Lei que não se justifica senão por si mesma.

A proibição da imagem, 'Não farás para ti imagem esculpida', talvez seja o ponto mais radical da operação mosaica e a chave para compreender a especificidade do monoteísmo hebreu em relação às demais religiões antigas. Ao interditar a representação figurativa do divino, Moisés não apenas combate a idolatria, mas instaura uma nova economia do olhar e do desejo. O Deus invisível não pode ser visto, tocado ou possuído; ele se apresenta apenas como voz, como pura significante, como aquilo que escapa a qualquer tentativa de captura imaginária. Essa é a castração no seu sentido mais estrutural: a aceitação de que não há relação sexual com o divino, de que o gozo absoluto da fusão com o sagrado está para sempre barrado. O povo hebreu é aquele que aprende a viver com um Deus que se ausenta na mesma medida em que se revela, uma ausência que funda o desejo e a interpretação infinita dos textos sagrados. A tradição talmúdica, com seu método de comentário incessante, é o testemunho mais vivo dessa economia psíquica: já que não se pode ver Deus, que se possa ao menos escutar, discutir e interrogar indefinidamente a sua palavra.

A resistência inicial e recorrente do povo – as murmurações, a adoração do bezerro de ouro – é a manifestação coletiva da “desconfiança”. É a dificuldade em depositar fé em uma mediação externa e em renunciar às satisfações imediatas, ainda que opressivas (a “carnes do Egito”), em prol de uma Lei abstrata e de uma promessa futura. A confiança, por sua vez, se constrói não por um ato único, mas pela repetição de gestos que asseguram proteção e coesão: a divisão do Mar Vermelho, o provimento do maná, a manutenção da aliança. Com essa repetição previsível de atos de cuidado e autoridade, Moisés se institui, no imaginário coletivo, como o Outro confiável, a base sobre a qual uma identidade grupal pode se erguer.

Contudo, a função de Moisés transcende em muito a de um cuidador protetor. Sua ação fundamental é a introdução da Lei, os Dez Mandamentos. É aqui que a leitura psicanalítica freudiana e sua releitura lacaniana tornam-se indispensáveis. Se, em *Totem e Tabu* (Freud,

2011), o assassinato do pai primevo tirânico pelos filhos instaura o sentimento de culpa e os tabus fundamentais (incesto e parricídio), em Moisés temos uma reencenação dessa estrutura, porém sublimada e institucionalizada. Moisés é, nas palavras de Freud, o substituto do pai morto. Sua autoridade não emana apenas de seu carisma, mas de sua posição como portador do Nome-do-Pai, nos termos de Lacan (1998).

Lacan elabora que o Pai simbólico, ou o Nome-do-Pai, não é o pai real, mas uma função. É a função que introduz a castração simbólica, ou seja, a interdição que barra o gozo absoluto e inscreve o sujeito na ordem da linguagem e da Lei. Moisés opera exatamente essa função para o povo hebreu. Ao descer do Sinai com as Tábuas da Lei, ele não apresenta um conjunto de conselhos, mas um corte, uma interdição fundamental (“Não terás outros deuses diante de mim”, “Não matarás”). Essa interdição funda um novo registro: o registro do simbólico, em que o desejo deixa de ser pura pulsão (o gozo do bezerro de ouro, a vingança imediata) para se tornar desejo estruturado pela falta e mediado por uma Lei transcendente.

Nesse ponto, o pensamento de Michel Foucault (2007) sobre a *Ordem do Discurso* pode iluminar como a lei mosaica funciona como um dispositivo que controla, seleciona e organiza o que pode e deve ser dito e feito, instaurando um novo regime de verdade e poder. O monoteísmo mosaico é, assim, a instauração de uma ordem discursiva totalizante. Paralelamente, Bertrand Russell (1938), em sua análise sobre *O Poder*, distingue entre o poder nu da coerção e o poder travestido de autoridade legitimada por crenças. Moisés conjuga ambos: usa o poder coercitivo (como na repressão aos idólatras) mas, sobretudo, busca estabelecer um poder baseado na autoridade incontestável de uma Lei divina, interiorizada.

É precisamente nessa passagem do poder coercitivo para a autoridade legitimada que se joga o destino do pacto mosaico. Russell (1938) nos alerta que as formas mais estáveis de poder não são aquelas que se impõem pela força, mas as que conseguem se fazer reconhecer como legítimas, operando com o consentimento dos governados. A travessia do deserto, com todas as suas vicissitudes e revoltas, pode ser lida como o doloroso processo de construção desse consentimento, um período de luta pulsional no qual o povo é chamado a abandonar a servidão egípcia (que, embora opressiva, oferecia a 'segurança' da não-responsabilidade) para assumir o fardo da liberdade sob a Lei. O bezerro de ouro, nesse contexto, não é apenas um pecado de idolatria; é a expressão da nostalgia pelo poder nu, pela autoridade que se vê e se toca, em detrimento da autoridade simbólica que exige fé, interpretação e sustentação subjetiva.

Portanto, a dinâmica entre confiança e desconfiança vivida pelo povo hebreu sob a liderança de Moisés revela-se uma dramatização coletiva das estruturas mais profundas da subjetivação. A oscilação entre obediência e rebeldia espelha o conflito edípico fundamental: o

desejo de gozo total (representado pelas regressões idolátricas) e a necessidade de se submeter à Lei do Pai para adquirir uma identidade e um lugar no laço social. Moisés encarna, então, a figura de transição que conduz o grupo humano de uma economia psíquica regida pelo princípio do prazer imediato e pelas identificações totêmicas (o bezerro de ouro) para uma economia regida pelo princípio de realidade e por uma identificação simbólica com uma Lei abstrata e um Pai invisível. Ele é o agente que torna possível a passagem, na esfera coletiva, do imaginário fusional ao simbólico regulado, fundando as bases psíquicas não apenas de uma religião, mas de uma civilização estruturada pelo desejo mediado e pela culpa.

A consolidação da liderança de Moisés e a internalização da Lei não ocorrem, no entanto, sem uma profunda tensão psíquica, que espelha a ambivalência constitutiva da relação edípica. A dinâmica entre confiança e desconfiança, inicialmente analisada à luz de Erikson (1976), revela-se agora como a face manifesta de um conflito estrutural mais radical: a luta entre o desejo de permanecer no estado de dependência indiferenciada – na qual a satisfação, ainda que precária, é imediata e sensorial – e o imperativo de ingressar em uma ordem simbólica que exige renúncia, demora e abstração. O bezerro de ouro, mais que um ídolo, é a encarnação desse desejo regressivo de um gozo total e sem mediação, de um objeto que preencha completamente a falta e anule a angústia da espera e da interpretação. É a recusa à castração simbólica que Moisés, como agente do Nome-do-Pai (Lacan, 1998), veio impor.

A superação dessa crise, narrada como punição e renovação da aliança, marca um ponto de inflexão decisivo na economia psíquica coletiva. A confiança, que antes dependia dos atos milagrosos de proteção (a passagem do mar, o maná), transfere-se agora para o pacto com a própria Lei. É a Lei, como texto e mandamento, que se torna o objeto estável de confiança, substituindo a figura carismática do líder. Nesse momento, opera-se uma sublimação fundamental: a libido do grupo, antes concatenada em objetos sensíveis (a imagem do bezerro, as panelas do Egito), é redirecionada para um ideal abstrato, a Aliança com um Deus invisível. Esse processo reflete com precisão a passagem, descrita por Freud (2011) em *Totem e Tabu*, do temor ao pai real para a obediência à lei internalizada que o pai morto deixa como herança. A autoridade deixa de residir apenas no profeta Moisés para habitar o texto sagrado e a instituição sacerdotal que ele ajuda a fundar.

Nessa transição, a análise de Foucault (2007) sobre a ordem do discurso adquire máxima relevância. A Lei mosaica não é apenas um código moral; é um dispositivo fundador de realidade. Ela institui um discurso totalizante que define não apenas o certo e o errado, mas o pensável e o impensável, o dizível e o indizível, em todas as esferas da vida (ética, alimentar, sexual, econômica). Esse novo regime de verdade, centrado na Palavra revelada, organiza o

poder de maneira radicalmente nova. Como observa Russell (1938), ocorre uma transição do poder carismático e pessoal de Moisés para o poder institucional e ideológico da Lei, um poder muito mais duradouro e penetrante, pois é exercido pela subjetivação e pela autorregulação. O povo não obedece mais apenas por medo de Moisés, mas por temor a uma Lei que agora habita sua própria consciência.

Assim, a figura de Moisés conclui sua trajetória como o significante da própria transição. Ele é o sujeito que, após mediar a passagem da desconfiança à confiança, deve também desaparecer, ou ser "morto" simbolicamente ao não entrar na Terra Prometida, para que a Lei que ele veiculou possa se instaurar em sua pureza simbólica, independentemente de sua pessoa. Sua função foi a de um catalisador psíquico coletivo: desestabilizar a economia libidinal regressiva do grupo (representada pelo Egito e pela idolatria) e forçar a entrada em um novo pacto social, regido pelo princípio de realidade e pela aceitação de uma falta fundamental (o Deus que não se mostra). Ele encarna, portanto, a função paterna em seu duplo movimento: como protetor que assegura a sobrevivência (o cuidado, na linha de Erikson) e como agente de castração que interdita o gozo totalitário e inaugura o desejo e a linguagem (na linha de Freud e Lacan). A gênese do Pai simbólico, na narrativa bíblica e em sua releitura psicanalítica, é esse processo violento e necessário de separação, que funda, sobre a renúncia, a possibilidade da cultura, da história e de um sujeito ético.

Assim, a trajetória mosaica condensa em si o paradoxo fundamental de toda fundação civilizatória: para que haja laço social é necessário que haja renúncia, e para que haja renúncia é necessário que haja confiança em uma instância que a legitime. Moisés, como operador dessa passagem, não é nem o pai tirano que tudo goza, nem o cuidador que tudo provê, é a figura de borda, o significante que, ao mesmo tempo, representa a autoridade para o povo e representa o povo diante do Absoluto. Sua função, sustentada pela dinâmica da confiança (Erikson), pela mediação cultural (Vygotski), pela ordem do discurso (Foucault) e pela legitimação simbólica do poder (Russell), é a de estabelecer as coordenadas fundamentais para que uma coletividade possa se constituir como sujeito da história, um sujeito marcado pela falta, pela promessa e pela incessante tarefa de interpretar a Lei que o funda.

3 O pai na horda primeva: castração e interdição

A tese freudiana sobre a origem da cultura, delineada em *Totem e Tabu* (Freud, 2011), fornece o substrato mítico e metapsicológico indispensável para a leitura de *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 2011). Nela, Freud postula a existência de uma horda primitiva governada

por um pai tirânico, que monopoliza as mulheres e o poder, provocando, por fim, seu assassinato coletivo pelos filhos excluídos. Esse parricídio fundador, contudo, não liberta os filhos; ao contrário, instaura a culpa inconsciente e, como solução pactuada, os dois tabus fundamentais: o do incesto (renúncia às mulheres do pai) e o do parricídio (proibição de repetir o ato). A autoridade do pai morto, assim, torna-se mais forte e duradoura do que a do pai vivo, pois é internalizada como Lei.

A passagem do ato bruto (o assassinato) ao pacto simbólico (a lei) é o núcleo genético de toda a teoria freudiana da cultura. O que *Totem e Tabu* nos ensina é que o laço social não se funda na fraternidade espontânea, mas na culpa compartilhada e na necessidade de gerir o impossível: o desejo de ocupar o lugar do pai. Os irmãos, ao assassinar o tirano, descobrem-se diante de um vazio de gozo que precisará ser preenchido por significantes, os tabus, os totems, os rituais. A lei, nessa perspectiva, não é um código moral que vem de cima, mas uma invenção defensiva que emerge do horror ao ato cometido. O pai morto retorna, assim, não como fantasma assombrador, mas como estrutura: sua onipotência agora habita a interdição, e sua voz se faz ouvir no imperativo categórico que ordena: 'Não farás'. A sociedade humana nasce, portanto, sob o signo da ambivalência, amar e odiar o pai, desejar e temer o seu lugar, transgredir e pagar pela transgressão.

Em *Moisés e o Monoteísmo*, Freud projeta essa estrutura arcaica na narrativa histórica e religiosa do povo judeu. Moisés é interpretado como uma figura que ocupa o lugar do pai primevo. Contudo, sua "morte" (seja o assassinato histórico que Freud supõe, seja seu desaparecimento no limiar da Terra Prometida) não dissolve a autoridade, mas a consolida em uma forma simbólica e abstrata: a Lei monoteísta. A grande contribuição de Lacan (1998) será radicalizar essa intuição, distinguindo entre o pai real (a figura tirânica da horda), o pai imaginário (a figura internalizada e ambivalente do complexo de Édipo) e, crucialmente, o Pai simbólico ou Nome-do-Pai. Esse último não é um indivíduo, mas uma função lógica, um operador de castração que introduz a criança (ou, por analogia, o coletivo) na ordem da linguagem e da cultura.

A castração simbólica, conceito central em Lacan, não se refere a uma mutilação física, mas à renúncia necessária ao gozo absoluto e ilimitado; gozo associado à figura onipotente do pai da horda e, psicologicamente, ao desejo infantil de posse completa da mãe. Moisés, ao promulgar a Lei no Sinai, é o agente dessa castração coletiva. Ele interdita os cultos idolátricos (o gozo imediato do sensível, representado pelo bezerro de ouro) e instaura um Deus único, invisível e transcendente, cujo principal mandamento é justamente a interdição da representação totalizante: "Não farás para ti imagem esculpida". Essa é a operação máxima da

castração simbólica: a aceitação de uma falta fundamental, de um Pai que só se apresenta como Voz e como Letra (a Lei escrita), nunca como presença plena e satisfatória. A religião que nasce é, portanto, uma religião do desejo estruturado pela falta e mediado pelo significante.

A análise do poder, nesse contexto, beneficia-se do aporte de Bertrand Russell (1938). O poder do pai primevo é o poder nu, baseado na força bruta e no terror. O poder de Moisés, após a internalização da Lei, aproxima-se do que Russell classifica como poder ideológico ou psicológico, baseado na crença em uma autoridade legitimada por um sistema de ideias. O Deus mosaico exige obediência não apenas pelo temor, mas por aliança e identificação. Foucault (2007) complementa essa visão ao demonstrar como a Lei, uma vez instituída, funciona como um princípio de ordenação do discurso. O monoteísmo mosaico estabelece um regime de verdade exclusivo e totalizante, que define radicalmente o que pode e o que não pode ser dito, pensado e cultuado, organizando todo o campo social em torno de um centro simbólico único, a Palavra divina.

Nessa conjunção entre a interdição freudo-lacanianiana e a ordenação discursiva foucaultiana, a figura do Pai assume seu pleno significado como articulador entre natureza e cultura. Schopenhauer (2005), em sua metafísica da Vontade, descreve um princípio cego e irracional como fundamento do mundo fenomênico. A horda primitiva de Freud é a expressão social e pulsional dessa Vontade schopenhaueriana em estado bruto, um turbilhão de desejos sem mediação. A intervenção do Pai simbólico, por meio da Lei e da castração, é o gesto civilizatório por excelência: ele impõe uma representação, uma forma simbólica, a essa Vontade desordenada, sublimando-a em cultura, ética e desejo estruturado pela linguagem.

Desse modo, o monoteísmo judaico-cristão, na leitura psicanalítica que parte de Freud e passa por Lacan, revela-se muito mais que uma crença teológica. É a inscrição, no plano coletivo e histórico, da própria estrutura do psiquismo humano edípico. A morte do pai (primevo, Moisés, Cristo) é o evento traumático fundador que, sendo recalcado, retorna incessantemente sob a forma da Lei, da culpa e do desejo inatingível. O Pai morto é, paradoxalmente, a pedra angular viva da civilização ocidental. Sua função, longe de ser a de um mero opressor, é a de um operador lógico que, ao interditar o gozo totalitário, abre o espaço para o desejo humano, para a linguagem, para a história e para o sujeito, aquele que, dividido e faltante, pode enfim falar, desejar e construir um mundo para além da pura satisfação instintiva. A autoridade de Moisés, portanto, consolida-se não pela força, mas por ter sido o significante privilegiado dessa transição da Vontade bruta (Schopenhauer, 2005) à Ordem do Discurso (Foucault, 2007), da horda à aliança, do pai assassinado ao Nome-do-Pai eternizado.

A interiorização da Lei, contudo, não apaga a memória traumática do assassinato do pai primevo. Pelo contrário, é a partir desse recalque fundador que a autoridade simbólica adquire sua força duradoura e sua capacidade de gerar culpa e desejo. A tese freudiana, conforme exposta em *Totem e Tabu* (Freud, 2011) e reatualizada em *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 2011), postula que o sentimento de culpa pelo parricídio original é o alicerce psíquico sobre o qual se ergue toda a ordem social e religiosa subsequente. O Deus monoteísta, severo e ciumento, é a projeção sublime dessa culpa inconsciente coletiva. Sua exigência de obediência absoluta e sua promessa de redenção não são apenas mandamentos teológicos; são a reencenação simbólica do pacto entre os irmãos, que trocaram o gozo das mulheres do pai pela segurança de uma lei comum e pelo sentimento de filiação a uma linhagem.

Nesse ponto, a castração simbólica, conceito lapidar de Lacan (1998), revela todo seu potencial explicativo. Ela não é um evento, mas uma posição estrutural permanente. Ao aceitar a Lei mosaica, o povo hebreu aceita ser "castrado", ou seja, aceita que seu acesso ao gozo absoluto – representado metaforicamente pelo retorno à servidão egípcia (sinônimo de uma satisfação imediata, ainda que opressiva) ou pela idolatria (a fusão imaginária com o objeto) – está irremediavelmente barrado. Essa renúncia, porém, é paradoxalmente libertadora. É ela que inaugura o espaço do desejo propriamente humano, um desejo que, por não poder ser totalmente satisfeito, se move, se desloca, se sublima na cultura, na arte, no pensamento e na própria elaboração teológica. A religião da Lei é, assim, a religião do desejo insatisfeito e, portanto, infinito.

A análise de Foucault (2007) sobre os mecanismos de poder permite entender como essa Lei internalizada opera de maneira microfísica, muito além dos códigos escritos. A *Ordem do Discurso* instaurada pelo monoteísmo não se limita a proibir; ela produz subjetividades. Ela molda corpos, hábitos e pensamentos por meio de rituais, práticas alimentares (*kosher*), regulamentos sexuais e uma economia da culpa e do perdão. O poder, aqui, deixa de ser meramente repressivo (como o do pai tirano da horda) para se tornar produtivo. Ele produz o judeu como um sujeito ético, cuja identidade é construída na contínua relação de obediência e interpretação da Lei. Essa visão complementa a de Russell (1938), que vê no poder religioso uma forma de autoridade baseada em "crenças dogmáticas" que organizam a sociedade de forma mais eficaz e econômica do que a coerção bruta.

A metafísica de Schopenhauer (2005) fornece, por fim, uma base filosófica profunda para essa dinâmica pulsional. Se a Vontade (*Wille*) é um impulso cego, irracional e insaciável, análoga ao caos pulsional da horda primitiva, a Lei representa a *Representação* (*Vorstellung*), o princípio de individuação que impõe forma, limite e inteligibilidade a essa força caótica. A

intervenção do Pai simbólico (Moisés/Deus) é o momento em que a Vontade é refreada, canalizada e forçada a se expressar com formas simbólicas (a Lei, a aliança). A civilização, portanto, nasce da vitória provisória e precária da Representação sobre a Vontade, uma vitória que deve ser constantemente renovada por meio do ritual, da memória e da repetição do pacto.

A metafísica schopenhaueriana oferece à psicanálise freudiana um vocabulário preciso para pensar a passagem da natureza à cultura. Se a Vontade é o fundo pulsional cego e insaciável que anima todo existente, a Representação é o princípio formal que individua, limita e dá contorno a esse fluxo caótico. A horda primitiva, governada pelo pai tirano que goza de todas as mulheres, é a expressão social da Vontade em seu estado mais puro, sem lei, sem mediação, sem interdição. O assassinato do pai e a instituição da Lei representam o momento em que a Representação se impõe à Vontade, não para negá-la, mas para canalizá-la por meio de formas simbólicas. Moisés, nessa chave de leitura, é o legislador que introduz o princípio de individuação no coração da pulsão coletiva: sua Lei não elimina o desejo, antes, o estrutura, dando-lhe objetos permitidos, proibidos e, sobretudo, um regime de falta que o mantém em movimento. O monoteísmo, assim, pode ser compreendido como a mais sofisticada máquina de gestão do desejo já inventada, um dispositivo que, ao interditar o gozo total, torna o desejo infinito e a interpretação inesgotável.

Desse modo, a horda primeva não é um evento histórico, mas uma estrutura lógica permanente do psiquismo coletivo. O pai morto retorna, incessantemente, sob a forma da Lei que nos constitui e nos divide. Moisés, ao condensar essa função, mostra-se como a figura paradigmática dessa transição do Real do assassinato (o ato brutal) para o Simbólico da Aliança (o pacto da palavra). Sua história, lida com esse prisma psicanalítico e filosófico, deixa de ser um relato religioso para se tornar a narrativa fundadora do sujeito ocidental: aquele que, marcado pela culpa originária e pela falta estruturante, busca incessantemente, no campo da Lei e do desejo, um significado para sua existência dividida. A autoridade do pai, portanto, perpetua-se não pela força, mas pela eficácia simbólica de uma interdição que, ao mesmo tempo que nos priva, nos faz humanos.

A permanência e a eficácia do modelo mosaico ao longo dos milênios atestam que Freud, ao construir sua ficção teórica da horda primeva, tocou em algo estrutural do psiquismo humano. A autoridade que nos governa não é a do pai real, mortal, falho, contingente, mas a do pai simbólico, aquele cuja morte fundou a Lei e cujo nome nos convoca a ocupar um lugar no mundo da linguagem. Moisés, o egípcio que se fez hebreu, o príncipe que se fez profeta, o líder que não entra na terra prometida, é a figura por excelência dessa função paterna: ele é o significante que introduz a falta, que marca o corpo com a insígnia da castração (a circuncisão),

que inscreve o sujeito em uma linhagem simbólica. Reconhecer essa dimensão na narrativa bíblica não é fazer apologia da religião, mas constatar que a psicanálise, ao revisitar os mitos fundadores da cultura ocidental, encontra neles a mesma estrutura que rege a clínica dos sujeitos contemporâneos, sujeitos que, como o povo hebreu no deserto, oscilam entre a nostalgia de um gozo perdido e a aposta em um desejo sustentado pela falta.

4 Considerações finais

A análise empreendida neste artigo, derivado de comunicação apresentada na Jornada de Psicanálise Uninter 2025, permitiu percorrer um percurso teórico que, partindo da obra tardia de Freud, *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 2011), articulou-se com uma constelação de autores para desvelar as intrincadas relações entre psiquismo, cultura e poder. A investigação demonstrou que a figura de Moisés não pode ser reduzida a um mero legislador histórico, mas deve ser compreendida como um significante privilegiado, um operador simbólico pelo qual se encenam, no palco da história, os dramas fundamentais da subjetivação humana.

A leitura proposta articulou-se em dois eixos principais. No primeiro, a perspectiva do desenvolvimento, ancorada em Vygotski (1987) e Erikson (1976), possibilitou interpretar a relação entre Moisés e o povo hebreu à luz de dinâmicas psicossociais fundamentais. A noção vygotskiana da mediação cultural e a crise eriksoniana de “confiança versus desconfiança” ofereceram a chave para entender a resistência inicial e a posterior adesão ao líder como um processo coletivo análogo à constituição do Eu, em que a previsibilidade e o cuidado institucionalizam uma figura de autoridade confiável.

No segundo eixo, a análise mergulhou nas estruturas psíquicas profundas que sustentam essa autoridade, recorrendo ao mito freudiano da horda primitiva de *Totem e Tabu* (Freud, 2011) e à sua radicalização teórica em Lacan (1998). Aí, Moisés foi revelado como o substituto do pai morto, a encarnação da função do Nome-do-Pai. Sua principal ação – a promulgação da Lei – foi interpretada como o ato de castração simbólica por excelência, que interdita o gozo absoluto (simbolizado pela idolatria) e inscreve o coletivo na ordem da linguagem e do desejo estruturado pela falta. Essa transição, da Vontade bruta e indiferenciada, descrita metafisicamente por Schopenhauer (2005) como o fundamento cego do mundo, para uma ordem regulada, é o próprio nascimento da civilização.

Para compreender o exercício e a sustentação dessa nova ordem, os aportes de Bertrand Russell (1938) e Michel Foucault (2007) foram decisivos. Russell permitiu distinguir a transição do poder nu e tirânico do pai da horda para o poder ideológico e internalizado da

autoridade mosaica, legitimado por uma crença em uma Lei transcendente. Foucault, por sua vez, iluminou o monoteísmo mosaico como a instauração de uma potente *Ordem do Discurso*: um regime de verdade totalizante que, a partir da Lei escrita, controla, seleciona e organiza todas as práticas sociais, definindo o permitido e o proibido, o sagrado e o profano, fundando assim uma nova economia do poder e do saber.

A leitura aqui empreendida não se esgota, contudo, no exercício exegético de um texto freudiano. Ela nos convoca a pensar, a partir do modelo mosaico, as formas contemporâneas de autoridade, laço social e transmissão. Se Moisés opera a passagem do poder tirânico à autoridade da Lei, o que dizer de nosso tempo, marcado pela crise das grandes narrativas e pelo declínio das instâncias tradicionais de legitimação? A psicanálise, ao recuperar a função estruturante do Nome-do-Pai, não o faz por conservadorismo moral, mas para lembrar que há um preço psíquico a pagar quando a dimensão simbólica da autoridade é inteiramente destituída, o preço do retorno do gozo sob suas formas mais brutais e desreguladas. O fundamentalismo religioso, o fascismo político e as diversas modalidades de paixão identitária podem ser lidos como tentativas desesperadas de restaurar, no imaginário, a figura do pai tirano que Moisés, justamente, veio destituir em nome da Lei. Nesse sentido, revisitar *Moisés e o Monoteísmo* é também uma forma de interrogar nosso presente e os destinos possíveis para o desejo em tempos de fragmentação do laço social, um exercício de memória que, ao reconhecer as estruturas que nos constituem, talvez nos permita investir formas mais éticas e menos mortíferas de habitar a linguagem e o desejo.

A síntese dessas múltiplas perspectivas confirma a hipótese central do trabalho: *Moisés e o Monoteísmo* é muito mais que um ensaio histórico ou religioso. É uma densa construção metapsicológica na qual Freud projeta os pilares de sua teoria – o Édipo, o parricídio fundador, o recalque, o retorno do recaiado e a sublimação – para explicar a gênese da cultura ocidental. Moisés emerge como a figura nodal que condensa essa operação. Ele é o ponto de articulação em que o desenvolvimento psicossocial (Erikson, Vygotski) encontra a estrutura psíquica inconsciente (Freud, Lacan) e onde essa estrutura se materializa em instituições de poder e sistemas discursivos (Russell, Foucault), tudo isso sobre o pano de fundo de uma luta metafísica entre a Vontade indomada e a Lei que a formata (Schopenhauer).

Conclui-se, portanto, que revisitar *Moisés e o Monoteísmo* por meio dessa lente interdisciplinar é revisitar os próprios fundamentos do humano como ser falante e desejante. A figura do Pai, morto e eternamente ressuscitado como Lei, revela-se como a pedra angular sobre a qual se ergue, de modo precário e sempre tensionado, o edifício da subjetividade e da vida em comum. A contribuição deste artigo reside em ter demonstrado como a obra freudiana, em

diálogo com as referências mobilizadas, oferece um modelo insuperável para pensar a contínua e traumática passagem da natureza à cultura, do caos pulsional à ordem simbólica, e os preços psíquicos que essa passagem inevitavelmente cobra. Moisés, assim, permanece não como uma figura do passado, mas como um significante sempre ativo do pacto inconsciente que funda e sustenta o laço social.

Referências

ERIKSON, E. H. **Infância e sociedade**. Tradução de Guido de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2007.

FREUD, S. **Moisés e o monoteísmo**. Tradução de Paulo César de Souza. Obras completas, vol. 23. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **Totem e tabu**. Tradução de Paulo César de Souza. Obras completas, vol. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro *et al.* São Paulo: Perspectiva, 1998.

RUSSELL, B. **O poder**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Edusp, 2005.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Data de submissão: 25/01/2026

Data de aceite: 11/06/2026